



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
MBA EM GESTÃO DE POLÍCIA OSTENSIVA**



ALISSON DE OLIVEIRA MARTINS

**GESTÃO DO CONHECIMENTO NA INTELIGÊNCIA POLICIAL: Suporte
operacional para a Polícia Militar de Goiás**

GOIÂNIA-GO

2024

ALISSON DE OLIVEIRA MARTINS

**GESTÃO DO CONHECIMENTO NA INTELIGÊNCIA POLICIAL: Suporte
operacional para a Polícia Militar de Goiás**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação de MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Jayderson Adriano de Sousa Ferreira.

GOIÂNIA-GO

2024

GESTÃO DO CONHECIMENTO NA INTELIGÊNCIA POLICIAL: Suporte operacional para a Polícia Militar de Goiás

KNOWLEDGE MANAGEMENT IN POLICE INTELLIGENCE: Operational support for the Goiás Military Police

Alisson de Oliveira Martins¹

Jayderson Adriano de Sousa Ferreira²

Resumo: Este artigo analisa o impacto da incorporação de tecnologias e do aprimoramento das habilidades dos policiais militares, visando otimizar as ações de inteligência da Polícia Militar de Goiás (PMGO). O objetivo é identificar as lacunas nos equipamentos tecnológicos e softwares utilizados e, como impactam na eficiência do serviço de inteligência no suporte ao policiamento ostensivo. A pesquisa utilizou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, análise bibliográfica e a aplicação de um questionário por meio do Google *Forms*, com uma amostra de 54 respondentes. Os resultados destacam a necessidade de investir em tecnologias, infraestrutura, softwares e na capacitação dos policiais militares, e na criação de um conselho consultivo para discutir as necessidades tecnológicas da inteligência da Polícia Militar de Goiás. Conclui-se, que com a implementação das soluções propostas, pode melhorar as ações no Estado de Goiás, contribuindo para a eficácia e a eficiência das operações de segurança pública no estado.

Palavras-chave: Segurança pública; Criminalidade; Inteligência policial; Gestão do conhecimento; Polícia Militar de Goiás (PMGO).

Abstract: This article analyzes the impact of incorporating technologies and improving the skills of military police officers, aiming to optimize the intelligence actions of the Military Police of Goiás (PMGO). The objective is to identify gaps in the technological equipment and software used and how they impact the efficiency of the intelligence service in supporting overt policing. The research used a mixed approach, combining qualitative and quantitative methods, bibliographic analysis and the application of a

¹ Cadete do Curso de Formação de Oficiais – CFO TURMA C, MBA em Gestão de Polícia Ostensiva do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: alissonoliveirapmgo@gmail.com. Telefone: (62)991542461.

² Orientador, Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduação Direito, MBA em Inteligência, Pós-graduação em Análise Criminal com Ênfase na Docência Superior e Pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal, e-mail: jayderson.pmgo@gmail.com. Telefone: (62)98541-0223.

questionnaire through Google Forms, with a sample of 54 respondents. The results highlight the need to invest in technologies, infrastructure, software and the training of military police officers, and in the creation of an advisory board to discuss the intelligence technology needs of the Military Police of Goiás. It is concluded that with the implementation of the solutions proposals, can improve actions in the State of Goiás, contributing to the effectiveness and efficiency of public security operations in the state.

Keywords: Public security; Crime; Police intelligence; Knowledge management; Military Police of Goiás (PMGO).

1 INTRODUÇÃO

O panorama atual da segurança pública no Brasil é marcado por uma evolução das modalidades criminosas e pela constante reinvenção das práticas delitivas. Essa realidade exige das forças policiais uma constante adaptabilidade e aperfeiçoamento de suas estratégias.

Pois a criminalidade moderna não apenas se expandiu em volume, mas também se tornou mais complexa, explorando novos métodos e tecnologias para evadir a ação da justiça. O contexto da globalização e a cultura do consumo exacerbado têm intensificado esse fenômeno, promovendo um individualismo que contribuem para um cenário onde a violência e a criminalidade se proliferam (Moreira et al., 2008).

Nesse contexto desafiador, o serviço de inteligência surgiu como uma ferramenta crucial para auxiliar a atividade de policiamento ostensivo. Através da produção de conhecimento, a inteligência fornece subsídios essenciais para a tomada de decisões e o planejamento de operações pelas polícias militares, otimizando a eficácia das ações e minimizando erros.

Um estudo realizado por Lima e Rodrigues (2023) enfatiza sobre o papel estratégico da inteligência na gestão pública integrada da Polícia Militar do Paraná demonstra a importância da integração entre os sistemas de inteligência em diferentes níveis (estadual e federal). Essa integração facilita o compartilhamento de informações e a construção de uma visão abrangente do cenário criminal, fortalecendo a produção de conhecimento e a capacidade de resposta das forças de segurança.

Considerando o exposto, a problematização deste artigo consiste na seguinte pergunta: quais são as lacunas nos equipamentos tecnológicos e softwares utilizados pela

Polícia Militar de Goiás que impactam a eficácia do serviço de inteligência no suporte ao policiamento ostensivo?

Esta pesquisa espera contribuir para ampliar a compreensão da gestão da produção de conhecimento no serviço de inteligência da Polícia Militar e fornecer subsídios práticos para aprimorar o serviço de inteligência da Polícia Militar de Goiás. Além disso, visa contribuir para a otimização das operações de segurança pública no estado, através de um serviço de inteligência mais eficaz, promovendo a discussão sobre a importância da integração entre os sistemas de inteligência em diferentes níveis (Moreira et al., 2008).

Considerando a complexa dinâmica do crime contemporâneo este estudo justifica-se pela necessidade de gerar um impacto positivo na segurança pública do Estado de Goiás, por meio da otimização do serviço de inteligência e do consequente aprimoramento das ações de combate à criminalidade.

O objetivo central deste estudo foi compreender como esses elementos contribuem para a eficiência das ações de segurança pública, otimizando o enfrentamento da criminalidade.

Quanto aos objetivos específicos, podemos destacar a análise da gestão do conhecimento na inteligência da Polícia Militar de Goiás (PMGO), mapeando os processos, ferramentas e tecnologias existentes, bem como a cultura organizacional e as práticas de compartilhamento de informações. Ainda, buscou-se identificar as necessidades e desafios da PMGO na gestão do conhecimento para o suporte operacional, considerando as especificidades do contexto local e as demandas dos diferentes setores da corporação.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio de estatísticas descritivas, testes de correlação e codificação temática, buscando um entendimento profundo da gestão da produção de conhecimento no serviço de inteligência. Esta pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos. As etapas metodológicas incluíram uma análise bibliográfica, isto é, uma revisão aprofundada da literatura sobre os temas relevantes, e a aplicação de um questionário para coleta de dados quantitativos através da plataforma Google *Forms*.

2 REVISÃO TEÓRICA

Segundo os autores De Melo, Uria e Sartoni (2020), o estudo aprofunda a análise sobre a segurança pública e a criminalidade, com foco na gestão do conhecimento na

atividade de inteligência da PMGO. Isto fortalece os argumentos sobre a importância da inteligência policial para os serviços operacionais dos policiais militares.

A transição para a democracia no Brasil, iniciada na década de 1980, trouxe avanços no âmbito político e social, mas também coincidiu com um aumento significativo da criminalidade (Caldeira; Holston, 1999). Assim, diversos fatores interligados contribuíram para essa realidade complexa, como a urbanização acelerada, desigualdades socioeconômicas, desemprego e a intensificação do uso e tráfico de drogas.

O rápido crescimento urbano, muitas vezes desordenado, gerou carências em infraestrutura, serviços básicos e oportunidades de trabalho, alimentando a marginalização e o crime. A disparidade na distribuição de renda e no acesso a bens e serviços básicos gerou frustração e impulsionou atividades criminosas como forma de sobrevivência ou busca por ascensão social (Paulo, 2014).

Por sua vez, a alta taxa de desemprego, principalmente entre jovens, limitou as oportunidades lícitas de trabalho, levando alguns indivíduos a buscarem alternativas ilegais para sua subsistência (Souza, 2001). A intensificação do tráfico de drogas no país gerou violência e instabilidade social, impactando diretamente os índices de criminalidade (De Carvalho, 2006).

Adiante, a luz do ordenamento jurídico, a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 144, estabelece a segurança pública como dever do Estado e direito de todos, reconhecendo-a como um bem jurídico essencial para a sociedade. Para garantir esse direito, diversas instituições são responsáveis pela segurança pública, incluindo as Polícias Militares estaduais (Brasil, 1988).

A PMGO, conforme estabelecido na Constituição Federal, na Constituição Estadual de Goiás e na Lei Orgânica das Polícias Militares, atua na garantia da segurança pública do Estado, realizando atividades de patrulhamento ostensivo das vias públicas, visando prevenir crimes e garantir a preservação da ordem pública (Brasil, 1988).

Pois bem, diante dos desafios apresentados pela criminalidade atual, a gestão estratégica do conhecimento de inteligência policial surge como uma ferramenta fundamental para aprimorar o serviço operacional da PMGO. Essa gestão se baseia na coleta, análise e utilização eficiente de dados e informações para identificar padrões criminais, isto é, análise de dados históricos e atuais para identificar tendências, *modus operandi* e áreas de maior incidência criminal, direcionando o trabalho da PMGO de forma mais estratégica (Vieira; Barreto, 2019).

Com a utilização de ferramentas tecnológicas e expertise de profissionais capacitados na análise de dados, as investigações, tornam-se mais aprofundadas e eficientes, aumentando significativamente as chances de elucidação de crimes. E o conhecimento gerado a partir da análise de dados permite direcionar o policiamento para áreas de maior risco, otimizando o uso dos recursos disponíveis e prevenindo a criminalidade. Ainda, o monitoramento e avaliação contínua das ações de segurança pública, com base em indicadores e dados concretos, permitem identificar pontos fortes e fracos, aprimorando as estratégias e otimizando os resultados.

2.1 Inteligência policial

A inteligência policial é uma ferramenta essencial na gestão da produção do conhecimento, para o suporte ao serviço operacional da Polícia Militar. Através de uma análise abrangente da Doutrina Nacional de Segurança Pública (DNSP), da Lei 9.883/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), destaca-se a importância da inteligência policial na otimização das ações das forças de segurança (DNSP, 2023).

De acordo com a DNSP (2023), caracteriza-se como um conjunto de atividades voltadas à coleta, processamento, análise e difusão de informações sobre ameaças à segurança pública, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisões e o planejamento de ações de policiamento ostensivo e preventivo.

Segundo Lima e Rodrigues (2023), a inteligência policial assume funções estratégicas na segurança pública, pois produz conhecimento sobre a criminalidade, realiza análise de dados e informações, identifica padrões criminais, *modus operandi* e áreas de maior incidência delitiva, permitindo um direcionamento mais estratégico do trabalho das forças de segurança.

Adiante, a gestão do conhecimento gerado pela inteligência policial contribui para a prevenção de crimes por meio da identificação de potenciais ameaças e da implementação de medidas proativas de policiamento ostensivo e preventivo. Fornece subsídios essenciais para a investigação criminal, como a identificação de suspeitos, locais de crimes e *modus operandi*, otimizando o trabalho de coleta de dados (Lamas, 2018).

Acresce que a inteligência policial fornece informações estratégicas para o direcionamento do policiamento ostensivo e preventivo, otimizando o uso dos recursos

disponíveis e aumentando a efetividade das ações de policiamento. A gestão da produção do conhecimento na inteligência policial é um processo fundamental para garantir a efetividade das ações das forças de segurança (Neto, 2019).

Deste modo, o processo envolve a definição de objetivos e prioridades, com a inteligência policial estabelecendo objetivos claros e prioridades de acordo com as necessidades da segurança pública local, além de coletar informações de diversas fontes, como informantes, órgãos de segurança pública, bancos de dados e mídias sociais (Lima; Rodrigues, 2023).

As informações coletadas devem ser processadas e analisadas para identificar padrões, tendências e ameaças à segurança pública. Uma análise detalhada desses dados é necessária para definir as melhores estratégias de combate à criminalidade (Neto, 2019). Como dito, as informações estratégicas produzidas pela inteligência policial devem ser disseminadas para o comando da Polícia Militar, unidades operacionais e para outros órgãos de segurança pública, visando maximizar a efetividade das atividades policiais e assegurar uma resposta coordenada.

2.2 Atuação da inteligência na polícia militar

A Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) reconhece a importância da inteligência policial como ferramenta crucial para o combate à criminalidade e a garantia da segurança pública. Através do serviço de inteligência, a PMGO coleta, processa, analisa e difunde informações estratégicas sobre ameaças à segurança pública, subsidiando a tomada de decisões e o planejamento de ações de policiamento ostensivo e preventivo (Schmidt, 2014).

A produção de conhecimento na atividade de Inteligência de Segurança Pública (ISP) é essencial para subsidiar decisões na área de segurança pública (Oliveira, 2011). Este processo sistemático e metódico, denominado Metodologia da Produção do Conhecimento (MPC), compreende etapas como planejamento, definição dos objetivos, prazos e recursos, reunião de dados e/ou conhecimentos, processamento, formalização e difusão (Pytlowanciv; Silva, 2022).

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) diferencia os tipos de conhecimento produzidos pelo profissional de ISP, considerando o estado da mente em relação à verdade, a complexidade do trabalho intelectual e o tempo. Desta forma, a Portaria 12761/2020 PM, estabelece os princípios e normas para o

Recrutamento, Credenciamento, Descredenciamento e Desligamento de Policiais Militares do Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás (SIPOM) (Goiás, 2020).

Representa mais do que um conjunto de regras, mas, um marco na gestão do conhecimento da atividade de inteligência, delineando um processo robusto e transparente para garantir que o SIPOM conte com profissionais altamente capacitados e comprometidos com a produção de conhecimento de qualidade (Goiás, 2017).

Ainda, a portaria define um perfil profissiográfico abrangente para o Agente de Inteligência, composto por características morais, psicológicas e técnicas essenciais para o sucesso na atividade (Goiás, 2020). O Processo de Recrutamento Administrativo (PRA) é um processo rigoroso e multifásico que visa selecionar os candidatos mais aptos para a atividade de inteligência, incluindo testes, avaliações, investigações de segurança e entrevistas. O credenciamento formaliza a admissão do policial militar no SIPOM e concede acesso a informações e aos sistemas específicos.

Os agentes recém-ingressos passam por treinamento básico para familiarização com a doutrina de inteligência e capacitação para o desempenho da função. A portaria reforça a importância da segurança da informação, vedando a divulgação de métodos, procedimentos, instalações ou dados do SIPOM. Além disso, a portaria proíbe o emprego de agentes de inteligência em ações ostensivas, garantindo a distinção entre as áreas de atuação (Goiás, 2020).

Ademais, a Portaria 12761/2020 PM representa um passo fundamental na consolidação da gestão do conhecimento na atividade de inteligência da PMGO. Ao estabelecer critérios rigorosos para recrutamento, credenciamento, treinamento e acompanhamento dos agentes, a portaria garante que o SIPOM conte com profissionais qualificados, comprometidos com a produção de conhecimento de excelência e a segurança da informação (Goiás, 2020).

A produção de conhecimento é fundamental para a ISP, pois permite que os profissionais da área tomem decisões mais eficazes e embasadas em informações precisas. A DNISP oferece uma metodologia sistemática para a produção de conhecimento, garantindo a qualidade e confiabilidade das informações geradas (Goiás, 2020).

No âmago da Inteligência de Segurança Pública (ISP), reside a arte da produção de conhecimento, um processo meticuloso que transforma dados em insights valiosos para subsidiar decisões cruciais na área da segurança pública (Goiás, 2020).

Através da Metodologia da Produção do Conhecimento (MPC), os profissionais da ISP embarcam em uma jornada intelectual, desvendando os mistérios da mente e tecendo uma teia de informações precisas e confiáveis. Ao dominar os estados da mente em relação à verdade - certeza, opinião, dúvida e ignorância, o profissional da ISP torna-se um maestro virtuoso, capaz de conduzir a produção de conhecimento com maestria e precisão (DNISP 2014).

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia descritiva da pesquisa, detalhando os procedimentos utilizados para alcançar os objetivos do estudo, utilizando técnicas padronizadas de coletas de dados, como questionários (Prodanov; De Freitas, 2013). O objetivo da pesquisa foi compreender as características e o comportamento dos agentes de inteligência em relação ao tema em questão, para tanto, a pesquisa se caracteriza como descritiva.

A população total do estudo, composta por 118 agentes de inteligência, sendo 80 indivíduos da PM/2, uma agência central de inteligência, e 38 indivíduos do CPC/2, uma agência regional. A amostra da pesquisa foi obtida por meio de amostragem probabilística estratificada, baseada na proporcionalidade entre os tamanhos das populações das agências de inteligência.

A fórmula de Cochran (1985) foi utilizada para calcular o tamanho da amostra, considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. Da PM/2 a amostra ideal seria de 67 indivíduos, porém, devido a dificuldades na coleta de dados, a amostra final foi de 28 participantes. Já do CPC/2 a amostra ideal seria de 31 indivíduos, entretanto, devido à adesão voluntária, a amostra final foi de 26 participantes.

A amostra total da pesquisa foi composta por 54 participantes, representando 45,8% da população total de 118 agentes de inteligência. A confiabilidade da pesquisa foi assegurada por meio da utilização de técnicas de coleta de dados validadas e da aplicação de métodos estatísticos adequados à análise dos dados.

A taxa de resposta de 45,8% é considerada aceitável para este tipo de pesquisa, especialmente considerando as dificuldades na coleta de dados junto aos agentes de inteligência. A margem de erro de 5% garante que os resultados da pesquisa sejam precisos e confiáveis, dentro do nível de confiança de 95%.

Todos os procedimentos éticos foram seguidos rigorosamente, a pesquisa conduzida com respeito total aos participantes, garantindo anonimato e confidencialidade das informações fornecidas (Aaker et al., 2001). A coleta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurou que todos os participantes estivessem cientes de seus direitos e das implicações da pesquisa.

Os participantes foram recrutados por meio de contato direto com os comandantes das agências de inteligência PM/2 e CPC/2. Foi realizada uma apresentação do estudo e do questionário para os agentes de inteligência, esclarecendo os objetivos da pesquisa, os procedimentos envolvidos e os seus direitos como participantes.

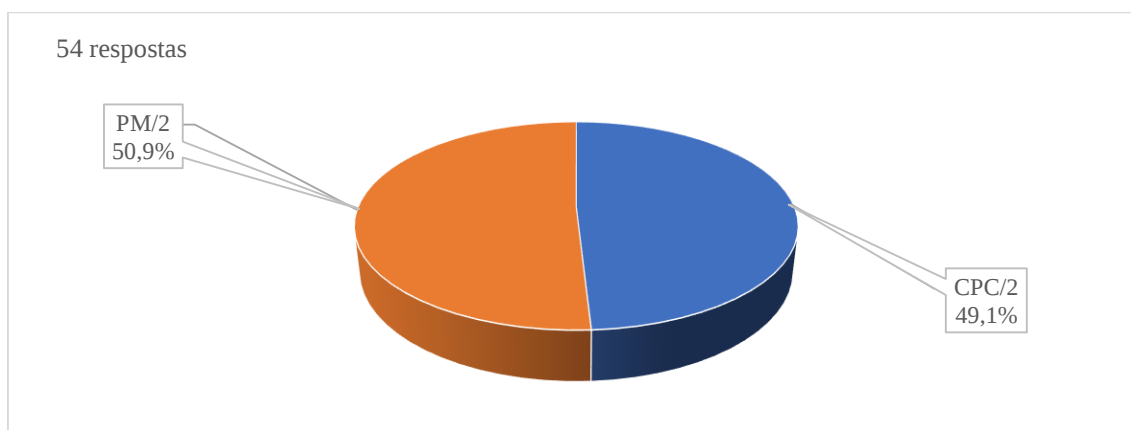
A participação na pesquisa foi voluntária e anônima. Para realizar tal intento, o questionário foi aplicado eletronicamente por meio da plataforma *Google Forms*, tendo sido estabelecido um prazo de 72 horas para o retorno do questionário, considerando o tempo médio de giro das escalas utilizadas pelos agentes de inteligência.

Portanto, a metodologia deste estudo foi cuidadosamente elaborada para garantir o rigor científico e a confiabilidade dos seus resultados. A utilização de técnicas de coleta de dados validadas, a aplicação de métodos estatísticos adequados e a consideração das dificuldades na coleta de dados junto aos agentes de inteligência contribuíram para a obtenção de resultados precisos e relevantes para o tema em questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários aplicados eletronicamente, com participação voluntária e anônima, o estudo envolveu um total de 54 respondentes efetivos.

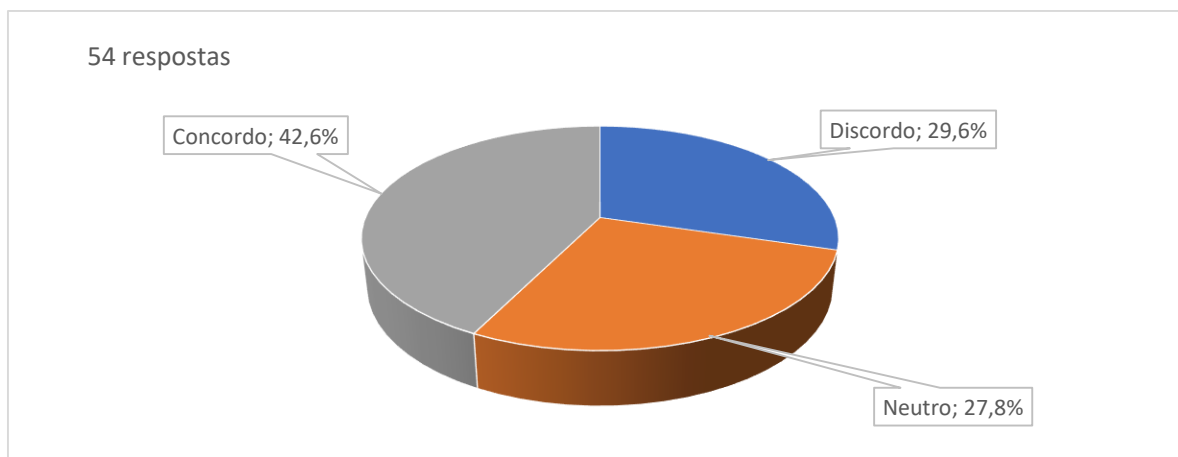
Gráfico 1: Você é integrante de qual agência de inteligência?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Acerca do perfil dos 54 respondentes, 50,9% são integrantes da PM/2 e 49,1% integram o CPC/2 (gráfico 1).

Gráfico 2: Em sua opinião, a infraestrutura tecnológica atual da Polícia Militar de Goiás atende às necessidades da atividade de inteligência?

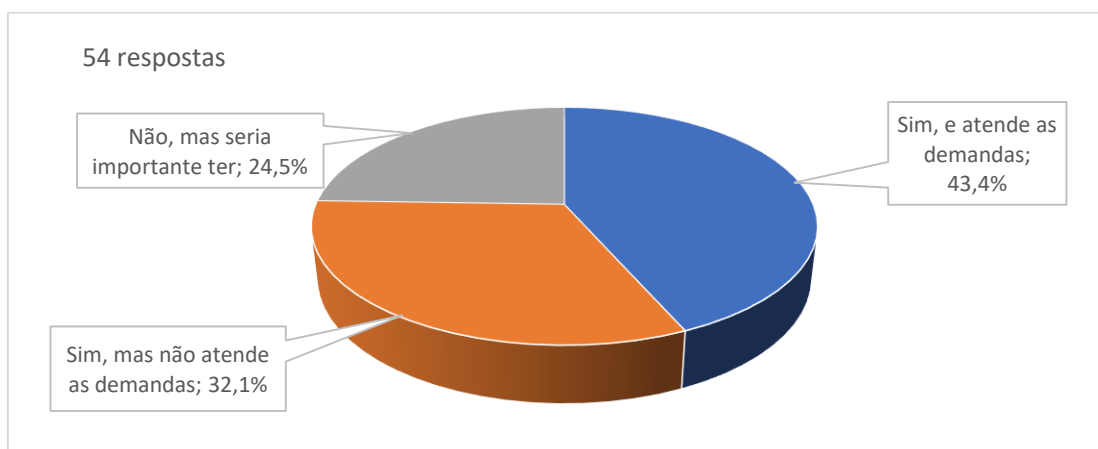


Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A maioria dos profissionais (42,6%) consideram que a infraestrutura tecnológica atual atende às necessidades da inteligência. Ainda, 29,6% discordam, indicando a necessidade de aprimoramentos e 27,8% permanecem neutros.

A maioria (53,7%) percebem um apoio adequado da administração à melhoria dos recursos tecnológicos. Uma minoria (14,8%) discordam, sugerindo pontos de atenção e 29,6% permanecem neutros.

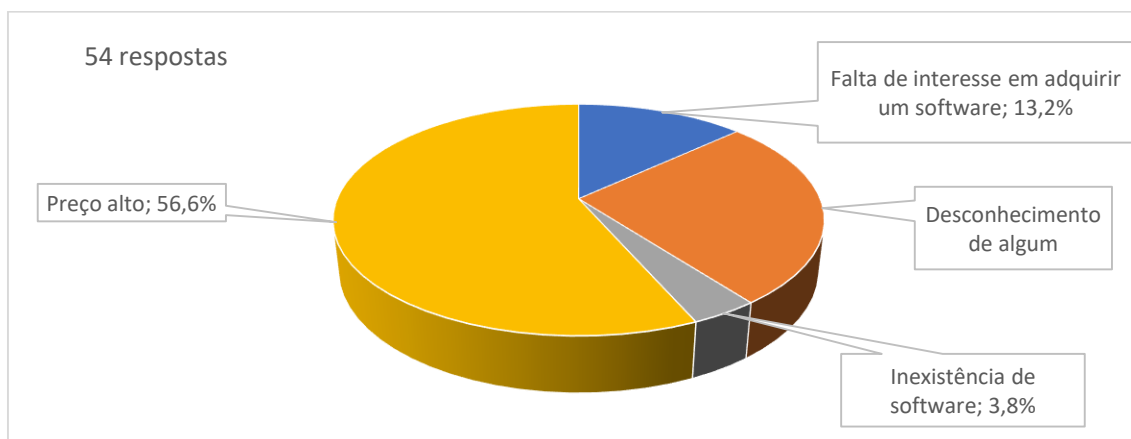
Gráfico 3: Você percebe um apoio adequado da administração da Polícia Militar de Goiás em relação à melhoria dos recursos tecnológicos disponíveis para a atividade de inteligência?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quase metade (43,4%) dos profissionais utilizam softwares na inteligência. Uma parcela considerável (24,5%) reconhece a importância de ter softwares, mas ainda não os utiliza. Enquanto 32,1% utilizam softwares, mas considera que eles não atendem às suas necessidades.

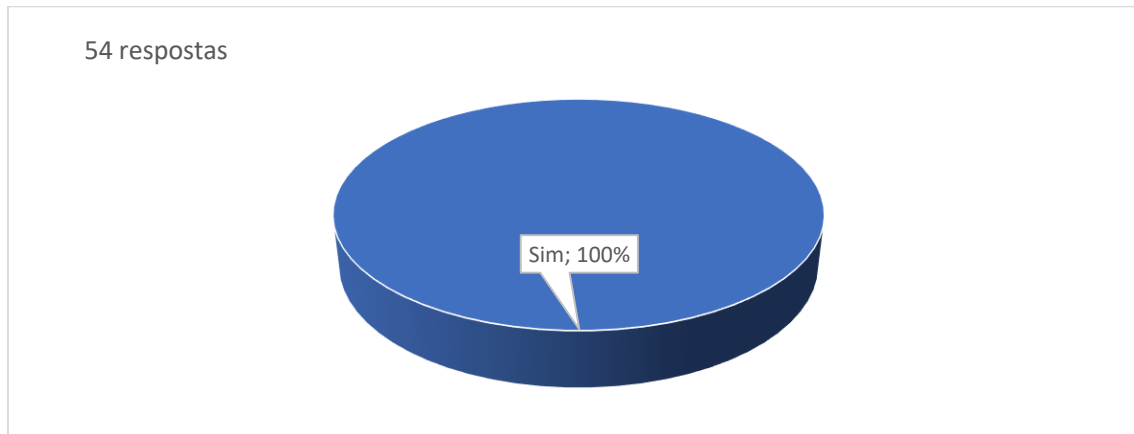
Gráfico 4: Caso não exista um software, quais as dificuldades associadas?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O alto custo (56,6%) é o principal obstáculo à utilização de softwares. A falta de interesse da administração (13,2%) também é um fator preocupante. Um número relevante (26,4%) desconhece alguns softwares adequados, indicando a necessidade de maior divulgação, e 3,8% não conhece nenhum software.

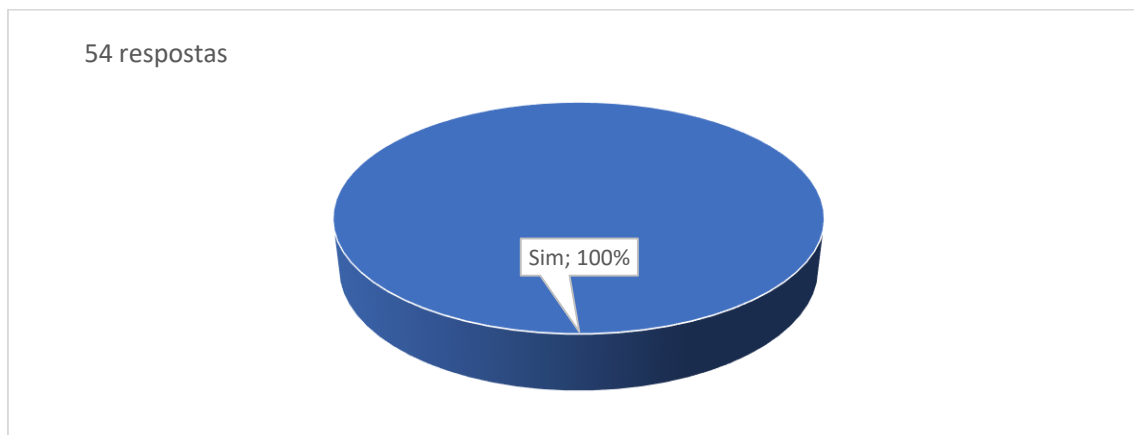
Gráfico 5: Você acredita que é importante a PMGO ter apoio de softwares e outros aparelhos tecnológicos para o exercício da atividade de inteligência?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Todos os respondentes (100%) indicam que consideram o apoio de softwares e aparelhos tecnológicos como importante para a atividade de inteligência da PMGO.

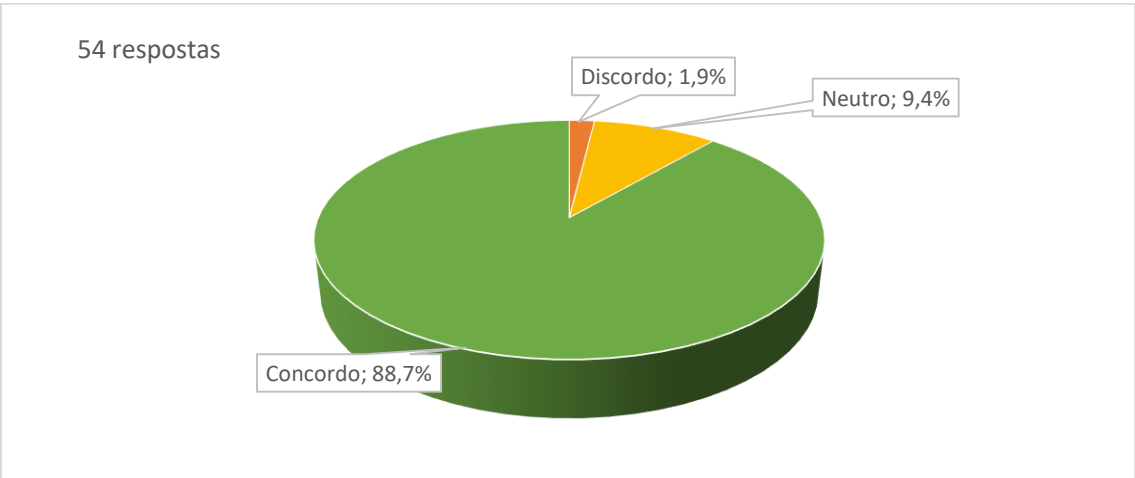
Gráfico 6: Você acredita que a inovação tecnológica tem muito a contribuir com o serviço de inteligência na PMGO?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A unanimidade (100%) dos profissionais acredita que tanto a inovação tecnológica quanto a tecnologia contribuem significativamente para o serviço de inteligência.

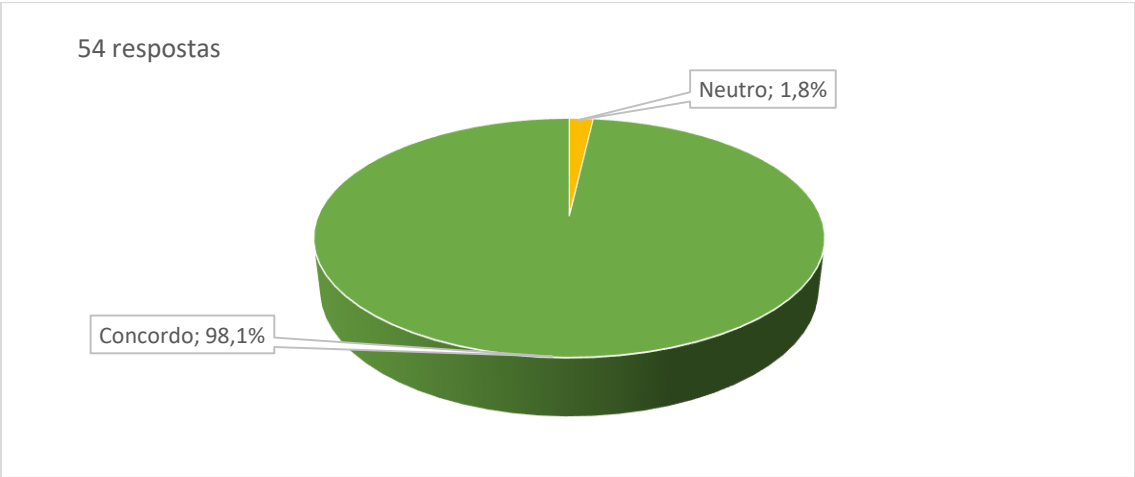
Gráfico 7: Você acredita que a falta de investimento em tecnologia impacta negativamente o desempenho das atividades de inteligência da Polícia Militar de Goiás?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A grande maioria (88,7%) reconhece o impacto negativo da falta de investimento em tecnologia no desempenho da inteligência. Uma pequena parcela (9,4%) permanece neutra, possivelmente por não ter vivenciado os efeitos da falta de investimento de forma direta, e 1,9% discordam sobre.

Gráfico 8: Você acha que a gestão dos dados coletados pode auxiliar a chegar até o alvo desejado?



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Quanto a este questionamento, 98,1% reconhecem que a gestão de dados é crucial para alcançar alvos de inteligência, e 1,9% neutro.

Os resultados do questionário revelam a necessidade urgente de investimentos em tecnologia para a inteligência da PMGO, quando perguntado sobre “como você acha que a gestão dos dados coletados pode auxiliar a chegar até o alvo desejado?”, destacam uma unanimidade dos respondentes destaca a importância da tecnologia e da integração de dados entre diferentes unidades e forças policiais, sublinhando a necessidades de sistemas atualizados e acessíveis.

Além disso, a qualidade e a precisão dos dados são destacadas como fundamentais para a produção dos relatórios e o conhecimento acionável. Enquanto a padronização de informações, como campos obrigatórios no Registro de Atividade de Inteligência (RAI), sendo essenciais, e a criação de um banco de dados centralizado e a sistematização das informações facilitam a identificação de alvos.

Ainda, a capacitação contínua dos agentes e a implementação de políticas de gestão de dados bem estruturado subsidia os tomadores de decisão e reduz as chances de erro, aumentando assim a precisão e a agilidade das missões. Em suma, a maioria dos profissionais reconhece a importância da tecnologia e do apoio da administração para aprimorar a gestão da produção do conhecimento. E a falta de investimento em softwares, infraestrutura e capacitação tecnológica impacta negativamente o desempenho da inteligência, dificultando o alcance de seus objetivos.

A seguir, apresenta-se uma Matriz GUT, que demonstra a gravidade, a urgência e a importância dos quesitos levantados no questionário sobre a gestão do conhecimento na atividade de inteligência da PMGO.

TABELA I - Matriz GUT

Ator	Gravidade	Urgência	Impacto	Recomendações
Perfil dos Respondentes	Média	Baixa	Baixa	Realizar pesquisas periódicas para acompanhar a evolução do perfil dos profissionais de inteligência.
Infraestrutura Tecnológica Atual	Alta	Média	Média	Realizar um diagnóstico aprofundado da infraestrutura tecnológica atual, identificando pontos fortes e fracos.
Apoio da Administração à Melhoria Tecnológica	Média	Baixa	Média	Criar canais de comunicação claros e transparentes para informar os profissionais sobre as iniciativas da administração na área de tecnologia.
Utilização de Softwares	Média	Baixa	Média	Realizar um estudo de mercado para identificar softwares que atendam às necessidades da atividade de inteligência.

Dificuldades Associadas à Falta de Softwares	Alta	Média	Alta	Realizar campanhas de conscientização sobre os benefícios da utilização de softwares na atividade de inteligência.
Importância da Tecnologia para o Exercício da Atividade de Inteligência	Alta	Alta	Alta	Continuar investindo na modernização da infraestrutura tecnológica e na capacitação dos profissionais para o uso de novas tecnologias.
Contribuição da Inovação Tecnológica para o Serviço de Inteligência	Alta	Alta	Alta	Criar um ambiente propício à inovação, com estrutura adequada e recursos financeiros para pesquisa e desenvolvimento.
Impacto Negativo da Falta de Investimento em Tecnologia	Alta	Alta	Alta	Elaborar um plano estratégico de investimentos em tecnologia, com base nas necessidades da atividade de inteligência.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O uso do ciclo da inteligência proporciona diversos benefícios para a PMGO, incluindo a melhoria da qualidade da informação, aumento da efetividade das ações de policiamento, redução da criminalidade e aumento da segurança pública. O ciclo da inteligência garante que a informação utilizada pela PMGO seja confiável, relevante e oportuna (Vieira; Barreto, 2019).

As informações estratégicas produzidas pela inteligência permitem que a PMGO direcione suas ações de policiamento para os locais, crimes e criminosos que representam o maior risco para a população. Nisto, o ciclo da inteligência contribui para a redução da criminalidade ao permitir que a PMGO identifique e combata os crimes de forma mais eficaz. A redução da criminalidade, por sua vez, contribui para o aumento da segurança pública, proporcionando um ambiente mais seguro para a população (De Carvalho, 2006).

De acordo com Paulo (2014), os investimentos iniciais em recursos tecnológicos no Brasil estavam principalmente direcionados para a identificação de criminosos. A introdução de drones, câmeras e sistemas de reconhecimento facial permitiram à Polícia Militar demonstrar uma maior eficácia em suas operações ostensivas. Essa tendência reflete a crescente adoção de tecnologias avançadas como ferramentas essenciais para o combate à criminalidade e o fortalecimento da segurança pública.

Neto (2019) complementa essa perspectiva, destacando o papel dos recursos tecnológicos na promoção da eficácia das ações de policiamento. No entanto, o autor ressalta que a mera aquisição dessas tecnologias não é suficiente para garantir seu pleno potencial. É essencial investir na capacitação dos profissionais encarregados de utilizar esses recursos. Isso implica reconhecer não apenas os benefícios intrínsecos da

implementação de tecnologias como câmeras, drones e dispositivos similares, mas também a importância de garantir que os operadores estejam adequadamente treinados e familiarizados com o funcionamento desses sistemas.

O ciclo da inteligência é um modelo fundamental para a gestão da produção do conhecimento na atividade de inteligência da PMGO. Através da aplicação rigorosa das cinco etapas do ciclo, a inteligência da PMGO garante a qualidade da informação, a efetividade das ações de policiamento e a redução da criminalidade, contribuindo para o aumento da segurança pública no Estado de Goiás (Oliveira, 2011).

Além disso, a pesquisa destacou preocupações sobre o impacto negativo da falta de investimento em tecnologias nas atividades de inteligência da PMGO. A maioria expressiva dos entrevistados, equivalente a 88,7%, concordou que a ausência de investimentos nesse sentido pode prejudicar o desempenho das operações de inteligência da instituição.

Ressalta-se que no contexto específico da inteligência da PMGO, a integração com a participação popular atua como auxílio no suporte aos serviços de inteligência. A colaboração entre a comunidade e as forças de segurança pode proporcionar uma troca de informações mais eficiente e o envolvimento ativo dos cidadãos na identificação e prevenção de atividades criminosas, contribuindo para a segurança e o bem-estar da população. Essa visão é corroborada pelo estudo de Pytlowanciv e Silva (2022).

Ainda, um dos principais assuntos destacados pelos entrevistados foi a importância da integração de informações e a necessidade de investimento em softwares atualizados para otimizar a coleta e análise de dados. Muitos expressaram a ideia de que a falta de acesso a tecnologias avançadas pode limitar a eficácia das operações de inteligência, sugerindo que a PMGO poderia obter melhores resultados ao adotar sistemas similares aos utilizados por outras forças policiais federais. Esse ponto enfatiza a percepção de De Carvalho (2006), que com a tecnologia pode ajudar a redução dos índices de violência.

As respostas enfatizaram a relevância da gestão eficiente dos dados para a produção de conhecimento e tomada de decisão. Os participantes destacaram a importância de sistematizar e compartilhar as informações coletadas de maneira a subsidiar as equipes operacionais e estratégicas. A gestão adequada dos dados também foi associada à redução de erros e à melhoria da eficiência nas operações de inteligência.

5 CONCLUSÃO

O panorama do enfrentamento da criminalidade no Brasil exige que as forças policiais se adaptem e aperfeiçoem suas estratégias, utilizando ferramentas como a inteligência policial para otimizar as ações de segurança pública. Este estudo se propôs a analisar o impacto da incorporação de tecnologias e do aprimoramento das habilidades dos agentes de inteligência na produção de conhecimento, buscando compreender como esses elementos contribuem para a eficiência das ações de segurança pública.

A inteligência policial é crucial para auxiliar o policiamento ostensivo, fornecendo subsídios para a tomada de decisões e o planejamento de operações. A gestão do conhecimento gerado pela inteligência policial contribui para a prevenção de crimes, tomada de decisões estratégicas e direcionamento do policiamento ostensivo.

A PMGO, reconhecendo a importância da inteligência policial, utiliza a Metodologia da Produção do Conhecimento (MPC) para garantir a qualidade das informações geradas. Adicionalmente, a Portaria 12761/2020 PM estabelece critérios rigorosos para recrutamento, credenciamento, treinamento e acompanhamento dos agentes de inteligência da PMGO.

Para propor soluções possíveis para as dificuldades enumeradas pelos profissionais que atuam no campo da inteligência policial, destaca-se a importância de aumentar investimento em tecnologia, infraestrutura, softwares e capacitação. A maior divulgação da existência e uma possível aquisição de novos recursos de softwares adequados para a inteligência policial, juntamente com o incentivo à utilização de softwares na inteligência policial por meio de treinamentos e campanhas de conscientização, são essenciais. A implementação de iniciativas que incentivem o investimento em tecnologia para a inteligência policial é um caminho a ser percorrido pelo gestor, sempre com vistas a buscar melhorias para subsidiar o serviço ostensivo do policial militar.

O trabalho demonstrou a importância da gestão da produção do conhecimento para o suporte ao serviço operacional da PMGO. Através de um ciclo da inteligência bem estruturado, ferramentas adequadas de gestão do conhecimento e profissionais capacitados, a inteligência policial se torna uma ferramenta essencial para o combate à criminalidade e a garantia de maior efetividade das ações da Polícia Militar.

Ainda, sugere-se a criação de um conselho consultivo para discutir as necessidades da inteligência policial em relação à tecnologia, como um pontapé inicial para se buscar os avanços necessários.

Por fim, a gestão do conhecimento na inteligência policial é fundamental para a eficiência das ações de policiamento ostensivo. A PMGO tem feito progressos nesse sentido, mas ainda há necessidade de investimentos em tecnologia, infraestrutura, softwares e capacitação para aprimorar a produção do conhecimento e alcançar os objetivos da inteligência policial militar. A implementação das soluções propostas neste estudo pode contribuir para a melhoria das ações de inteligência Policial Militar no Estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

AAKER. **Marketing Research**. New York: John Wiley & Sons, Inc, 7th ed. 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.869, de 12 de janeiro de 2017**. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/69612/pdf>. Acesso em: 02 mar. 2024.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública. Manual de Inteligência Policial Militar**. Brasília: MJSP, 2018.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Segurança Pública**. Doutrina Nacional de Inteligência de segurança Pública. Brasília, 2009.

CALDEIRA, Teresa PR; HOLSTON, James. **Democracia e violência no Brasil**. Estudos comparados em sociedade e história, v. 41, n. 4, p. 691-729, 1999.

COCHRAN, William G. **Sampling Techniques**. 2nd ed., Boston: John Wiley & Sons, 1985.

DE CARVALHO, Herbson. **Um modelo de dados voltado ao serviço de inteligência policial**. SPPI 2015, 2016.

DE MELO, Felipe Pereira; URPIA, Arthur Gualberto da Cruz Bacelar; SARTORI, Rejane. **A gestão do conhecimento como auxílio à inteligência de segurança pública**. Brazilian Journal of development, v. 6, n. 12, p. 94604-94620, 2020.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL. **Manual de Doutrina de Inteligência Policial** – Volume I. Brasília, 2011.

DOCTRINA DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA. **Brasília:** Abin, 2023. 177 p.
Aprovada pela Portaria GAB/DG/ABIN/CC/PR nº 1.205, de 27 de novembro de 2023.
1. Atividade de Inteligência - doutrina – Brasil.

GOIÁS. **Portaria 0720/2017 SSPAP.** Disponível em:
<https://www.seguranca.go.gov.br/legislacao-aplicavel/portarias/portaria-no-0720-2017-sspap.html>. Acesso em: 04 nov. 2023.

LAMAS, Luís Barbosa. **Gestão do serviço policial:** realidades e expectativas. 2018.
Tese de Doutorado.

LIMA, Alexsandro Rodrigo Rosinski; RODRIGUES, Carlos Eduardo. **O papel estratégico da inteligência na gestão pública integrada:** proposta de inclusão da Divisão de Inteligência Governamental da Casa Militar da Governadoria no Sistema de Inteligência da Polícia Militar do Paraná–SIPOM. *Brazilian Journal of Development*, v. 9, n. 10, p. 29230-29246, 2023.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira et al. **Criminalidade juvenil no Brasil pós-moderno:** algumas reflexões psicossociologias sobre o fenômeno da violência. *Revista Subjetividades*, v. 8, n. 4, p. 1021-1046, 2008.

NETO, Alcides Dias Correa. **O sistema de videomonitorização como ferramenta de policiamento preventivo.** Disponível em:
<<https://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/caes/artigos/Artigos%20pdf/Alcides%20Dias%20Correa%20Neto.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2024.

OLIVEIRA, Paulo César de. **Inteligência Policial:** Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

PYTLOWANCIV, Diogo Fernando Sampaio; SILVA, Helena de Fátima Nunes. **Análise da política e da estratégia nacionais de Inteligência de segurança pública sob a perspectiva das capacidades organizacionais.** *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, v. 13, n. 10, p. 241-266, 2022.

SCHMIDT, Luna Daniela Damo. **Polícia Militar no Brasil:** possibilidade de desmilitarização da estrutura policial ostensiva, 2014.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. **Governança, gestão de riscos e integridade.** Gestão Pública. Brasília: Enap, 2019.